



TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA NO SUL E SUDESTE DO PARÁ

Jéssica Paulino dos Santos¹- Unifesspa

Jessicapaulino545@gmail.com

Orientador: Rafael Benevides de Sousa²- Unifesspa

Rafael.benevides@unifesspa.edu.br

Agência Financiadora: FAPESPA

Eixo Temático/Área de Conhecimento: Ciências Humanas/Geografia/Geografia agrária

INTRODUÇÃO

A partir do projeto de pesquisa “Territorialização camponesa no sul e sudeste do Pará”, estamos defendendo a tese que a territorialização camponesa nessa parte da fronteira amazônica, acontece mediada na ação da luta pela terra, em que os movimentos sociais e entidades políticas, possuem papel importante para a entrada desse campesinato na terra e do reconhecimento territorial por parte dos órgãos de regularização fundiária.

Desse modo, o sul e o sudeste do Pará têm se destacado como uma das principais regiões do Brasil em que vem ocorrendo processos constantes de territorialização camponesa, seja pela marcha de migrantes que constantemente chegam em busca de terra, seja pelas famílias expulsas de suas propriedades e que entram no movimento da luta pela terra, ou mesmo pelas famílias que têm conseguido a posse da terra em assentamentos rurais.

Para Gonçalves (2017, p.36), o “entrecruzamento da Belém-Brasília com a Transamazônica transformou-se numa das regiões de maior intensidade de conflitos no Brasil: no sul e sudeste do Pará, no sul do Maranhão e no norte de Tocantins.” Percebemos assim, que a territorialização camponesa nessa parte da Amazônia Oriental é marcada pelo conflito, tendo a luta pela terra uma característica da questão agrária regional. O grande número de projetos de assentamentos rurais no sul e sudeste do Pará demonstra um foco de tensão entre os grandes projetos desenvolvimentistas e a população camponesa junto aos movimentos sociais (MST, MAM, MAB, entre outros) e entidades políticas (CPT e STR).

Os estudos de Hébette (2004) apresentam os interstícios dos projetos de colonização a partir dos anos de 1960, por onde o Estado passa a incentivar a entrada de capital nacional e estrangeiro em solo amazônico.

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em Geografia da Faculdade de Ciências Humanas do Instituto de Estudos do Tropicó Úmido (IETU) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa. Bolsista de iniciação científica do projeto de pesquisa Territorialização camponesa no sul e sudeste do Pará, financiado pela Fundação Amazônia de Amparo a estudos e pesquisas (FAPESPA).

² Doutor em Geografia. Docente do curso de Licenciatura em Geografia da Faculdade de Ciências Humanas do Instituto de Estudos do Tropicó Úmido (IETU) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa.



Do mesmo modo, o autor ressalta a resistência do campesinato diante desses projetos, burlando a tragédia social camponesa por meio da luta pela terra. A partir dessa década e, de forma mais acintosamente no período da ditadura militar no Brasil, emerge na Amazônia um processo de enfrentamento aos grandes projetos, o que culminou nos inúmeros conflitos, violência e mortes quantificados na região nos últimos quase 70 anos.

Em razão da violenta ação por parte do Estado e de capitalistas durante a ocupação dessa parte do espaço amazônico, surgiu uma questão agrária problematizada a partir das edificações capitalistas que têm sido incorporadas na captura da natureza. De forma particular, a mineração e a agropecuária têm sido setores da economia regional (com influência nacional e global) que interfere na lógica de apropriação do espaço, constituindo uma assimilação da terra concebida como negócio, transformando a natureza em recurso econômico.

A instalação do grande capital na Amazônia trouxe muitos prejuízos como afirmam Loureiro e Pinto (2005, p. 78):

Muitos empresários não investiram os recursos em novas empresas na região, mas sim na compra de terras para simples especulação futura; alguns aplicaram-nos em suas empresas situadas noutras regiões do país; e várias empresas foram criadas de forma fictícia. Outras (como a Volkswagen, o Bamerindus etc.) devastaram grandes extensões de terras cobertas por ricas florestas e transformaram essas áreas em pasto para a criação de gado, desprezando a enorme disponibilidade de pastos e campos naturais; enfim, trouxeram grandes prejuízos ecológicos, desperdiçaram ou desviaram os recursos públicos colocados à sua disposição, criaram poucos empregos e não trouxeram o prometido desenvolvimento para a região. Ainda assim, o modelo permanece até hoje sem grandes alterações, apesar do fracasso notório dessa política, seja do ponto de vista ambiental, econômico ou social.

Diante da assertiva dos autores podemos perceber que o intuito dos grandes empreendimento no território amazônico estava e ainda hoje estão ligados a interesses financeiros particulares, acumulação de riquezas e exploração da natureza, passando por cima dos pequenos produtores, com graus variados de violência. A luta pela terra-território tem reconfigurado o debate acerca da questão agrária, expandindo novas frentes de conflitos fundiários e agrários. Desse modo, pretendemos apresentar algumas questões levantadas a partir dos levantamentos bibliográficos/documentais que realizamos nesse período da pesquisa.

MATERIAS E MÉTODOS

A metodologia da nossa pesquisa parte das reflexões de autores que debatem a recriação camponesa por meio das contradições do desenvolvimento da agricultura capitalista, o que permite que esse campesinato se reproduza socialmente, criando estratégias de sobrevivência por dentro e por fora das relações comerciais com o mercado capitalista.



Nosso trabalho segue como base a pesquisa de campo, documental, bibliográfica, reuniões e debates online pela plataforma digital google Meet. É por esse caminho metodológico que estamos buscando inicialmente compreender a territorialização camponesa no sul e sudeste do Pará.

O levantamento e a leitura da bibliografia sobre o campesinato do sul e sudeste do Pará foi um procedimento fundamental para a compreensão da geo-história dessa região, entendendo o processo de colonização que desencadeou na atual estrutura agrária. A captação dos dados secundários da pesquisa ocorreu por meio de visitas a sites de instituições governamentais e privadas e de sites especializados. O envolvimento com os movimentos sociais, a exemplo o MST, e entidades políticas (STR e CPT) também foram uma importante ferramenta de pesquisa, possibilitando maior compreensão da luta pela terra e pelo território que tem se destacado nessa região paraense.

A abordagem escolhida para a coleta de informações se deu em base da pesquisa qualitativa e quantitativa, pois ambas possibilitaram o entendimento dos dados colhidos em campo, constituindo, assim, um trabalho descritivo, comparativo, interpretativo e reflexivo. Sendo assim, com essas metodologias obtemos alguns resultados da realidade vivenciada pelos camponeses em assentamentos rurais, ocupações e acampamentos.

Os movimentos e organizações sociais tem tido papel importante nessa região. Em nossa pesquisa destacamos a ação territorial da Comissão Pastoral da Terra, que está inserida na assistência jurídica e política aos camponeses dessa região. A pesquisa bibliográfica/documental acervo da CPT de Xinguara – Pará, tem sido uma ferramenta importante para as compreensões desse campo em disputa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A resistência camponesa tem sido um marco de resiliência e persistência dessa classe trabalhadora, que reivindica a função social da terra promulgada pela Constituição Federal de 1988, pela qual se reafirma a luta em favor da reforma agrária.

Observamos que hoje a luta pela terra e território no sul e sudeste do Pará apresenta novos elementos. Antes, a territorialização camponesa se dava preferencialmente com os homens, chefe da família enfrentando os riscos do conflito e as condições precárias de vida nos acampamentos sozinhos, somente depois de um tempo mandavam buscar mulheres e filhos, mas essa realidade mudou. Hoje a família enfrenta esse desafio em conjunto, homens, mulheres, crianças, jovens e idosos se reúnem e formam grupos, comunidades que unidos reforçam a luta e resistência, organizando-se, formando associações e a partir delas ganhando maior visibilidade, reivindicando aos sindicatos seus direitos não só pela terra, mas pela dignidade.

Os posseiros e assentados trazem consigo uma espécie de “bagagem”, sua territorialidade, seus costumes, crenças e cultura, uma marcante hereditariedade da luta pela terra e território, os seus direitos pela



cidadania, a infraestrutura, educação, saúde, segurança e transporte, o mínimo para sobreviver que lhes é negado.

Hébette (2004), ao cruzar a fronteira amazônica, nos elucida a repressão e o movimento de resistência do campesinato dessa região, demonstrando a violência exercida para com as famílias que insistem em fazer do campo um espaço de morada. Desse modo, a territorialização camponesa compreende diversas circunstâncias que compete para a organização do espaço amazônico, constituindo diversos territórios de resistência frente aos projetos de desenvolvimento regional.

Durante o período da pesquisa junto à extensão foram elaborados os memoriais, “Os Mártires da Terra: Espaço e Memória dos Conflitos Agrários a partir do Acervo da Comissão Pastoral da Terra – Xinguara-Pa”, ao qual observamos alguns dos conflitos presentes nas pastas estudadas da CPT que se tornaram um instrumento de pesquisa para a compreensão não só do processo de territorialidade/territorialização camponesa da região, mas também as intervenções políticas que tornaram os conflitos ainda mais humilhantes e sanguinários para os camponeses envolvidos.

Dentre os conflitos encontrados no acervo da CPT, destacamos, por exemplo, o da Fazenda Novo Mundo, em Xinguara, ocorrido em 1991, onde posseiros foram assassinados por pistoleiros. Os respectivos assassinos foram capturados pelos próprios posseiros e levados à polícia. O mandante do crime também foi acusado de contratar pistoleiros para reforçar o contingente policial que despejou as famílias da terra, os quais são acusados de terem queimado as barracas e destruído plantações dos posseiros.

Dentro dessa perspectiva, em São Geraldo do Araguaia, entre 1984 e 1989, foram contratados 35 peões para trabalhar no roçado. Chegando na fazenda, os trabalhadores depararam-se com uma realidade totalmente diferente: foram recebidos com a seguinte frase: “quem quiser fugir morre, eu mando matar?”. E pegaram o documento dos trabalhadores que tentavam fugir e que, se capturados por pistoleiros eram, posteriormente, espancados e ameaçados de morte.

Sendo assim, observamos nesse e em outros casos encontrados nos arquivos da CPT a ação da pistolagem enquanto um fenômeno miliciano ocorrido na Amazônia, no qual o pistoleiro atua como mediador entre quem manda matar e quem é morto.

A pistolagem, fenômeno que começou também a integrar o cotidiano de ocupação da terra, é algo recente na Amazônia, datando de mais ou menos trinta anos. Mas, não só neste aspecto o pistoleiro da Amazônia difere do cangaceiro e do capanga do nordeste. Ele tem uma origem histórica e social diferente da deles e possui uma natureza também própria. O pistoleiro surge na região para proteger contra invasão (por parte de posseiros) as grandes extensões de terras adquiridas mas ociosas ou improdutivas. Um pistoleiro pode ser contratado para expulsar colonos que as ocuparam; para assassinar lideranças e sindicalistas. Ou ainda, para “ajudar” nas ações policiais de despejo de posseiros. Como o contingente policial era, e ainda é insuficiente para cumprir ordens de mandado emanadas da Justiça, alguns fazendeiros inseriam pistoleiros nos contingentes policiais encarregados da expulsão (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 83)



Essa ação de pistolagem apresentada por Loureiro e Pinto (2005), em muitas situações de violência e expropriação no campo, esconde os verdadeiros mandantes dos crimes de assassinatos que, como demonstram alguns os processos de conflitos do acervo Frei Henri de Roziere, continuam, muitos deles, sem desfecho, produzindo uma judicialização da impunidade.

No referido acervo, encontramos vários conflitos envolvendo denúncias de sindicalistas, políticos e advogados sobre a ação criminosa de pistoleiros no assassinato de trabalhadores rurais e na expropriação/despejo de famílias de posseiros e camponeses de suas terras por grupos de grileiros que tomam as propriedades a fim de explorar madeiras e terra.

Entre os conflitos encontrados no arquivo da CPT, está o ocorrido na Fazenda Mata Azul, situada no município de Santana do Araguaia, propriedade denunciada em 1993 por prática de trabalho escravo, onde trabalhadores foram contratados com baixa remuneração e obrigados a realizar serviços pesados. Além de serem obrigados a comprar toda a mercadoria que precisavam – mantimentos, materiais de trabalho – na própria fazenda, o que gerou endividamento desses trabalhadores no início de seus serviços que, por conseguinte, não conseguiram quitar suas dívidas e continuaram a desempenhar forças laborais em outra empreitada até a quitação total do débito, sendo impedidos de sair dos limites da fazenda. O controle do confinamento desses trabalhadores foi feito por um rígido esquema de segurança montado pelos proprietários com homens armados.

Essas relações de trabalho por endividamento foram observadas por meio do sistema de aviamento, no período áureo da extração da borracha, no interior da Floresta Amazônica, nas quais os trabalhadores ficavam devendo aos barracões de comércio do látex. Atualmente, alguns autores chamam a atenção de que essa forma de trabalho – as atrelando às relações de trabalho análogo à escravidão – são mecanismos de acumulação por espoliação (HARVEY, 2014), nos quais o sujeito vê-se expropriado de sua própria força de trabalho.

Para Miranda (2019, p. 97), uma das faces da acumulação por espoliação na Amazônia “está assentada nas relações de trabalho, em que formas extremamente precarizadas e violentas são cada vez mais utilizadas; dentre elas, ressaltamos o trabalho escravo.” O autor ainda reitera que:

O trabalho escravo contemporâneo não tem relação racial como no período colonial brasileiro, mas geralmente atinge homens oriundos de regiões distintas daquela onde sofrem a escravização, que, por falta de alternativas, se arriscam migrando para outros lugares e, muitas vezes, são aliciados por pessoas que na Amazônia são denominados de “gatos” (MIRANDA, 2019, p. 97-98).

Observamos que apesar do exemplo da fazenda Mata Azul remeter-se a 1993, o debate acerca das relações análogas ao trabalho escravo ainda é atual. Durante o processo de digitalização dos arquivos, percebemos a existência de várias pastas no acervo da Comissão Pastoral da Terra compostas por diversos casos de denúncia e de processo judicial dessas formas laborais.



Encontramos, ainda, no acervo outros exemplos de trabalho análogo à escravidão no sul e sudeste do Pará, como na fazenda Santo Antônio, em São Félix do Xingu. No ano de 1994, foram feitas denúncias, as quais os trabalhadores que residiam nessa fazenda estavam sendo reprimidos e não tinham liberdade para deixar o local de trabalho. E caso tentassem sair, seriam capturados e castigados por meio de ações de violência física.

Outro exemplo encontrado no acervo aconteceu na fazenda Rio Negro, em Tucumã. Entre os anos de 1994 e 1997, vários homens foram contratados para trabalhar nessa fazenda. Ao terminarem a empreita, o gerente da fazenda os chamou para o pagamento e descontou todo o saldo que os trabalhadores obtiveram com as despesas que eles tinham feito.

Esses exemplos refletem a realidade agrária do sul e sudeste do Pará, na qual impera a colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) e a política da morte (MBEMBE, 2018) sobre uma parcela da população camponesa que luta pelo direito social sobre a terra. Desse impasse emergem os conflitos, constituindo uma espécie de arena de forças assimétricas, produzindo um espaço de *fronts* contínuos entre agentes do capital e do Estado de um lado, e os movimentos insurgentes de outro.

Desse modo, salientamos que o sul e sudeste do Pará é uma das regiões mais conflituosas no que se refere à posse e à luta pela terra, com grande número de conflitos e, conseqüentemente, com o maior número de mortes. Só em 2018, de acordo com dados da CPT, dos 28 casos de assassinatos por conflito de terra no Brasil, 16 foram no Pará, sendo quatro no sul e sudeste paraense.

As mortes no campo têm criado uma lista de mártires da terra. São pessoas que lutaram pelo direito à terra para famílias camponesas sem terras e outras expulsas do chão de suas ancestralidades. A partir da pesquisa, observamos que a territorialização camponesa no Sul e Sudeste do Pará é marcada pelo conflito, tendo a luta pela terra e território um horizonte constante na vida camponesa nessa parte da Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contrário acerca dos empreendimentos capitalistas que são lançados para Amazônia, emerge os levantes populares via a ação camponesa na luta da terra liberta. Os trabalhadores camponeses atrelados aos movimentos sociais reivindicam o direito à terra, questionando o modelo conservador de dominação e concentrador.

Conclui-se com esse projeto de pesquisa, que a territorialização camponesa no sul e sudeste do Pará é marcada pelo conflito agrário, tendo a luta pela terra e território como o *front* de disputa entre camponeses de um lado, e o Estado e os agentes capitalistas de outro.

Desse foco de tensão, observamos a conquista da terra por camponeses através da grande número de assentamentos rurais, somando 514 projetos de assentamentos via o INCRA. Por outro lado, o acervo da Comissão da Pastoral da Terra e o Boletim dos Conflitos no Campo, demonstram que a conquista camponesa



da terra é marcada pela morte, massacres e despejos da terra, confluindo para um campo em tensão e da vulnerabilidade em que a vida no campo se encontra nessa parte da Amazônia.

REFERÊNCIAS

- Comissão Pastoral da Terra – CPT; Acervo de Xinguara – Pará, 2019.
- GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso**. 1º ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves – 8ª ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Traduzido por Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MIRANDA, R. R. **Revista Georaguaia** ISSN:2236-9716. Barra do Garças - MT v.9, n.2, p.85-104. Agosto 2019
- HÉBETTE, J. (Org.). **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004.
- LOUREIRO, V. R.; PINTO, J. N. A. **A questão fundiária na Amazônia**. Estudos Avançados, n. 19 (54), 2005.
- OTAVIO, G. V. **Frentes de expansão e estrutura agrária**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.
- QUIJANO, A. Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina. In.: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.